

Demonstrações Financeiras

Electra PCH Buriti SPE S/A

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Electra PCH Buriti SPE S/A

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial5

Demonstração do resultado6

Demonstração do resultado abrangente7

Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....8

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto9

Notas explicativas às demonstrações financeiras10



**Shape the future
with confidence**

Condomínio Centro Século XXI
R. Visconde de Nacar, 1.440
14º andar - Centro
80410-201 - Curitiba - PR - Brasil
Tel: +55 41 3593-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Electra PCH Buriti SPE S/A
Sapezal - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Electra PCH Buriti SPE S/A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita de venda de energia elétrica

As receitas da Companhia são oriundas, principalmente, do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços (distribuição e comercialização de energia elétrica) é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços (distribuição e comercialização de energia elétrica). O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da diretoria em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, mas cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência.

Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o processo de faturamento e reconhecimento da receita; ii) a avaliação das políticas contábeis relacionadas ao reconhecimento de receita; iii) a verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis, bem como a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos substantivos analíticos, por meio do cálculo independente da expectativa de receita, comparando os valores reconhecidos com o resultado da multiplicação dos preços de venda previstos nos contratos vigentes pelos volumes de energia gerada no período, conforme reportado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), ajustados pelas horas de cada mês. Esse procedimento permitiu avaliar, inclusive, o risco de completude do reconhecimento da receita; iv) avaliação de lançamentos manuais e eletrônicos que pudessem se sobrepor aos controles internos no fluxo de reconhecimento da receita; v) testes de integridade sobre as bases de dados utilizadas pela Companhia no processo de reconhecimento de receita; e vi) a avaliação das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela diretoria para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas



**Shape the future
with confidence**

divulgações nas notas explicativas 6.a e 14, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S. Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'A. Munhoz'.

Alessandro Munhoz de Oliveira
Contador CRC PR-049384/O

Electra PCH Buriti SPE S/A

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.159	4.631
Contas a receber de clientes	8	1.852	1.846
Impostos a recuperar		180	137
Partes relacionadas		67	-
Despesas antecipadas		92	114
Total do ativo circulante		6.350	6.728
Outros investimentos	9	1.705	1.784
Imobilizado	10	43.974	45.072
Intangível		26	27
Total do ativo não circulante		45.705	46.883
Total do ativo		52.055	53.611
Passivo			
Fornecedores e outras contas a pagar		232	131
Debêntures CP	11	4.909	4.915
IR/CS a recolher		110	173
Obrigações tributárias		252	148
Total do passivo circulante		5.503	5.367
Debêntures LP	11	71.719	73.371
Total do passivo não circulante		71.719	73.371
Patrimônio líquido	13		
Capital social		61.631	61.631
Prejuízos acumulados		(86.798)	(86.758)
Total do patrimônio líquido		(25.167)	(25.127)
Total do passivo e patrimônio líquido		52.055	53.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita	14	17.024	17.427
Custo das vendas	15	(4.164)	(5.218)
Lucro bruto		12.860	12.209
Despesas administrativas e de vendas	15	(2.699)	(1.318)
Resultado antes das receitas e (despesas) financeiras líquidas e impostos		10.161	10.891
Receitas financeiras	16	491	517
Despesas financeiras	16	(10.050)	(10.328)
Despesas financeiras líquidas		(9.559)	(9.811)
Lucro antes dos impostos		602	1.080
Imposto de renda e contribuição social	17	(642)	(709)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(40)	371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(40)	371
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(40)	371

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Capital subscrito	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		61.631	(87.129)	(25.498)
Integralização de capital social		-	-	-
Lucro do exercício		-	371	371
Saldo em 31 de dezembro de 2024		61.631	(86.758)	(25.127)
Aumento de capital		-	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	(40)	(40)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		61.631	(86.798)	(25.167)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(40)	371
Ajustes para:		
Imposto de renda e contribuição social	642	709
Depreciação e amortização	1.280	1.273
Juros sobre debêntures	9.350	10.053
Despesa com emissão de debêntures	246	246
	11.478	12.652
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(6)	370
Outros ativos	(88)	9
Fornecedores e outras contas a pagar	101	97
Outros passivos	(20)	2
Caixa gerado pelas atividades operacionais	11.465	13.130
Impostos pagos	(581)	(728)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	10.884	12.402
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(181)	(450)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(181)	(450)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Juros pagos	(6.223)	(6.295)
Pagamento do principal de debentures	(5.031)	(4.959)
Aplicação Financeira	79	323
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(11.175)	(10.931)
(Redução) / aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(472)	1.021
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.631	3.610
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4.159	4.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Electra PCH Buriti SPE S/A (“Buriti” ou “Companhia”), com sede em Sapezal - MT na Gleba Caetetu-Papagaio, SN, foi constituída em 4 de julho de 2001 e tem como objeto social a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica. A potência instalada é de 10 MW.

A Buriti recebeu, em 30 de maio de 2000, autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, na modalidade de Pequena Central Hidrelétrica (PCH), com validade de 30 anos a partir do início das operações. A usina entrou em operação em 2018.

Conforme artigo 10 da Resolução Normativa 921/2021 da ANEEL, ao final do prazo da autorização, os bens e instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. A indenização considera os investimentos posteriores aprovados e realizados, excetuadas as reposições, bem como a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

A Companhia está enquadrada nos critérios do Decreto nº 9.158/2017, que estabelece que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade superior a 5.000 kW e inferior ou igual a 50.000 kW, vigentes em 18 de novembro de 2016 e ainda não prorrogadas, podem ser estendidas uma única vez mediante requerimento, conforme o art. 2º da Lei nº 12.783/2013.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou prejuízos acumulados de R\$ 86.798 (R\$ 86.758 em 31 de dezembro de 2024) e patrimônio líquido negativo de R\$ 25.167 (R\$ 25.127 em 2024). O patrimônio líquido negativo decorre dos prejuízos incorridos durante o período de construção do empreendimento. A usina passou a operar em 2018 e apresentou resultados positivos até 2020. Em 2024 registrou lucro de R\$ 371 e, em 2025, prejuízo de R\$ 40.

A administração entende que os impactos projetados sobre as operações da Companhia são limitados, considerando que o setor elétrico é classificado como atividade essencial. A Companhia mantém contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulado – ACR, cujos montantes não podem ser unilateralmente revistos pela contraparte. Quanto à energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL, não houve, até a data de emissão destas demonstrações financeiras, qualquer sinalização de revisão contratual ou negociação de prazos de pagamento.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

A Companhia avaliou sua capacidade de continuidade operacional para a preparação destas demonstrações financeiras. Com base nessa avaliação, a administração entende que o pressuposto da continuidade é adequado, considerando que: (i) a controladora mantém o compromisso formal de prover suporte financeiro sempre que necessário para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas; e (ii) as projeções operacionais e de fluxo de caixa para 2026 indicam capacidade de geração de resultados positivos.

Esse desempenho projetado é sustentado, entre outros fatores, pela política comercial da Companhia de manter aproximadamente 23,5% de sua garantia física descontratada para venda no mercado de curto prazo, permitindo capturar eficiência adicional nas condições vigentes do setor elétrico.

Dessa forma, a administração conclui que não há incertezas materiais relevantes que levantem dúvida significativa quanto à capacidade de a Companhia continuar operando normalmente no futuro previsível.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

A administração entende que dispõe de todos os elementos necessários para que estas demonstrações financeiras sejam preparadas, assim como de fato foram, com base no pressuposto de sua continuidade operacional.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2026.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações financeiras, de acordo com as normas CPC, exige que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas em notas explicativas específicas.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 11 - determinação da vida útil, valor residual e análise de *impairment* dos ativos imobilizados.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a) Receitas

A Companhia atua na geração e comercialização de energia elétrica. A receita de vendas é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida e/ ou a receber. De forma geral a Companhia reconhece a receita originada quando forem satisfeitas todas as seguintes condições:

- (I) A Companhia tenha transferido para o comprador o controle do bem ou serviço prometido;
- (II) A Companhia não mantenha envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade, nem efetivo controle de tais produtos;
- (III) O valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- (IV) É provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a Companhia;
- (V) Os custos incorridos ou a incorrer com relação à transação podem ser mensurados de forma confiável.

As receitas provenientes das vendas da geração de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada. Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de aplicação financeira;
- Descontos obtidos; e
- Despesa de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

c) Imposto de renda e contribuição social

Para o ano de 2025 e 2024 a Companhia foi tributada pelo lucro presumido. O imposto de renda do exercício é calculado com a presunção de lucro na alíquota de 8% e a contribuição social 12%. Para o imposto de renda a alíquota sobre o lucro tributável é de 15%, acrescida do adicional de imposto de renda de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$60 para o trimestre. Para a contribuição social a alíquota sobre o lucro tributável é de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Imobilizado

i) *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) *Custos subsequentes*

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii) *Depreciação*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base nas taxas anuais estabelecidas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico redigido pela ANEEL (MCSE), das quais são revisadas periodicamente. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Reservatório, barragem e adutora	50 anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	30 a 40 anos
Veículos	07 anos
Móveis e utensílios	16 anos

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Instrumentos financeiros

i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo custo da operação, que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado.

iii) *Desreconhecimento*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

f) Redução ao valor recuperável

i) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Redução ao valor recuperável--Continuação

i) *Ativos não financeiros*--Continuação

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

g) Normas novas, alterações e interpretações de normas emitidas

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Normas novas, alterações e interpretações de normas emitidas--Continuação

- CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
- CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

h) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo o CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades congregadas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Conta corrente	1.406	985
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	2.753	3.646
	4.159	4.631

(a) São representadas basicamente por Certificado de Depósito Bancários - CDB pós-fixados, junto a instituições financeiras de primeira linha, com rendimento atrelado à taxa DI (Depósito Interbancário) com liquidez imediata, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

8. Contas a receber de clientes

	Nota	2025	2024
Contas a receber de clientes	(i)	1.852	1.846
		1.852	1.846

(i) Venda de energia cujo vencimento dos recebíveis ocorre no mês subsequente ao mês da comercialização. A Companhia possui histórico zero de inadimplência em seus recebíveis. Por esta razão, a administração entende não ser necessária a constituição provisão para perda esperada de créditos com clientes.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Outros investimentos

	Nota	2025	2024
Aplicações financeiras restritas	(i)	1.705	1.784
		1.705	1.784

- (i) Títulos de CDB indexados ao CDI, remunerados a taxas de 99% ao ano. Refere-se a aplicações financeiras que não possuem característica de liquidez imediata pois está oferecida em garantias até a liquidação total das debêntures, em 11/2036, tomadas pela Companhia. Por esse motivo, não se enquadram como "equivalente de caixa".

10. Imobilizado

a) Conciliação do valor contábil

	Taxa de depr. %	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Total líquido	
				2025	2024
Terrenos	-	500	-	500	500
Reservatórios, barragens e adutoras	2% a 3%	15.151	(2.231)	12.920	13.150
Obras civis	2% a 4%	23.160	(3.461)	19.699	20.187
Máquinas e equipamentos	2% a 17%	14.088	(3.306)	10.782	11.155
Veículos	14,29%	2	(1)	1	2
Móveis e utensílios	6%	125	(53)	72	78
		53.026	(9.052)	43.974	45.072

b) Movimentação do exercício

	2024	Adição	Depreciação	2025
Terrenos	500	-	-	500
Reservatórios, barragens e adutoras	13.150	76	(306)	12.920
Obras civis	20.187	-	(488)	19.699
Máquinas e equipamentos	11.155	104	(477)	10.782
Veículos	2	-	(1)	1
Móveis e utensílios	78	1	(7)	72
	45.072	181	(1.279)	43.974

Valor recuperável do ativo imobilizado (impairment)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado registrado na Electra PCH Buriti SPE S/A poderia apresentar problemas de *impairment*.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Debêntures

Em 2019, a Companhia captou recursos no mercado de capital através da emissão de debêntures não conversíveis em ações. Foram emitidas 80.000 debêntures, em 3 (três) séries, com valor unitário de R\$1 (um mil). A 1ª e 2ª séries foram totalmente subscritas e integralizadas, pelo valor total de R\$77.000, com vencimento final em 15 de abril de 2034, à taxa variável de IPCA mais 7,95% ao ano.

Em 18 de janeiro de 2021 com base na deliberação e aprovação do segundo aditamento ao instrumento particular de escritura da 1ª emissão de debêntures simples, em razão da não colocação das Debêntures da 3ª série, no valor total de R\$3.000, esta série foi cancelada, passando assim a Emissão ser composta por apenas duas séries.

Em 15 de dezembro de 2021 em ata de assembleia dos debenturistas ficou definido que o vencimento das debêntures da primeira e segunda séries passa a ser 17 de novembro de 2036.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

No decorrer do exercício de 2025 e 2024, as movimentações das debêntures são assim demonstradas:

	2025	2024
Saldo inicial	78.286	79.241
Juros provisionados	9.350	10.053
Amortização dos custos de emissão	246	246
Pagamento de principal	(5.031)	(4.959)
Juros pagos	(6.223)	(6.295)
Saldo final	76.628	78.286
Circulante	4.909	4.915
Não circulante	71.719	73.371

Garantias

As debêntures estão garantidas por: fiança prestada pelos acionistas da Electra PCH Buriti SPE S/A; alienação fiduciária das ações da Companhia detidas por seus acionistas e penhor do direito creditório referente à autorização expedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em favor da Companhia; e, aplicação financeira restrita (nota explicativa 9).

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Debêntures--Continuação

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

O contrato de debêntures mantido pela Companhia contém cláusulas usuais de compromissos ("*covenants*"), relacionados a aspectos administrativos e operacionais, sendo os principais:

- Alteração ou transferência do controle acionário da Companhia sem prévia autorização dos debenturistas;
- Descumprimento de qualquer decisão judicial final;
- Redução do capital social da Companhia, exceto para (i) absorção de prejuízos acumulados ou (ii) redução do valor máximo de R\$61.000 no prazo de até 120 dias a contar da data do registro da escritura de emissão de debêntures (conforme realizado pela Companhia - vide nota explicativa 13);
- Alteração do objeto social da Companhia; e,
- Distribuição ou pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas, caso a dívida líquida esteja 2 (duas) vezes o EBITDA da Companhia, exceto caso o caixa total da Companhia no mês anterior a distribuição ou pagamento tenha sido superior a R\$2.000.

Adicionalmente, este contrato contém *covenants* financeiros que estabelecem que ao final de cada exercício a dívida líquida não pode exceder 7,5 (sete vírgula cinco) vezes o EBITDA da Companhia, caso contrário, a dívida torna-se imediatamente vencida. Existe também o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), o qual deve ser apurado trimestralmente, pela Companhia, nos dias 15 de outubro, 15 de janeiro, 15 de abril e 15 de julho de todos os anos até a liquidação das debêntures. A meta do ICSD originalmente é de 1,213. Em tratativa com os debenturistas, ficou acordado que para janeiro de 2025 a junho de 2025 e janeiro de 2026 a dezembro de 2026, o índice passa a ser 1,10. O não atingimento do ICSD por dois trimestres consecutivos é considerado como vencimento não automático.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Debêntures--Continuação

Cláusulas contratuais restritivas (covenants)--Continuação

Em 15 de dezembro de 2021 em ata de assembleia geral dos debenturistas em razão do rebaixamento do *rating* da Emissão para “BBB-(bra)”, conforme relatório emitido pela Fitch Ratings em 16 de julho de 2021, nos termos da alínea “o” da Cláusula 4.20.3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Electra PCH Buriti SPE S/A (“Escritura de Emissão”), houve a deliberação de não declaração de vencimento antecipado das Debentures mediante as sanções a serem cumpridas pela Emissora, sendo: (i) realizar amortização extraordinária obrigatória das Debêntures da Segunda Série, até 30 abril de 2022 no montante de R\$5.750; (ii) a exclusão da mecânica de “*cash sweep*” para amortização extraordinária das Debêntures da Segunda Série; (iii) a alteração da data de vencimento das Debêntures para 17 de novembro de 2036; (iv) alteração no cronograma de amortização das Debêntures, incluindo a previsão de carência para pagamento do Valor Nominal das Debêntures da Segunda Série até maio de 2022; (v) a inclusão de novos recebíveis no Contrato de Cessão Fiduciária; (vi) a inclusão de promessa de cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios futuros oriundos da comercialização de energia elétrica produzida pela Emissora; (vii) a alteração dos prazos de monitoramento dos índices financeiros; (viii) a alteração do parâmetro da escala de classificação de risco de Emissão previsto na cláusula 4.20.3 (o) para determinar que, após 30 de abril de 2022, o *rating* da Emissão pelas agências de classificação de risco não seja inferior à BBB (bra), sob pena de Evento de Vencimento Antecipado Não-Automático; (ix) a inclusão de cláusula prevendo a concessão de *waiver* durante o período entre o dia 16 de julho de 2021 até o dia 30 de abril de 2022 para garantir a renúncia irrevogável dos Debenturistas ao direito de declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes do item (o) da Cláusula 4.20.3 da Escritura de Emissão.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia está em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelo contrato, de tal forma que as debêntures foram classificadas em linha com o cronograma de liquidação previsto no contrato.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Partes relacionadas

i) Transações comerciais

Durante o exercício de 2025, a Companhia reconheceu receita de venda de energia à empresa Electra Comercializadora de Energia Ltda. no montante de R\$494 (R\$593 em 2024).

As transações comerciais são realizadas sob condições específicas acordadas entre as partes relacionadas. Essas transações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com transações efetuadas com partes não relacionadas.

ii) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 2025 e 2024 não houve remuneração paga aos Administradores.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

	2025			2024		
	Ações	R\$	%	Ações	R\$	%
Sócios						
Intrepid Investimentos e Participações	121.609.884	61.072	99%	121.609.884	61.072	99%
Claudio Alves	1.228.382	559	1%	1.228.382	559	1%
	122.838.266	61.631	100%	122.838.266	61.631	100%

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Tendo em vista a existência de saldo de prejuízos acumulados, e considerando a finalidade da reserva legal, que seria de somente ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, não houve a constituição de reserva legal para os exercícios de 2025 e 2024.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Patrimônio líquido--Continuação

c) Distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício ajustado na forma da lei, após constituição de reserva legal. Entretanto, conforme nota explicativa 12, a Companhia possui como cláusula em seu contrato de debêntures, a restrição de distribuição de dividendos somente no caso de atendimento de determinados critérios. Dessa forma, em face do não atendimento, a Companhia não realizou a distribuição de dividendos.

14. Receitas de vendas

	2025	2024
Receita bruta	17.669	18.083
Impostos sobre vendas	(645)	(656)
Receita líquida de vendas	17.024	17.427

15. Custos e despesas por natureza

	2025	2024
Aquisição de energia	1.910	1.560
Serviços de terceiros	1.549	1.789
Depreciação	1.279	1.273
Taxa de arrecadação	1.110	954
Despesa com manutenção	556	551
Seguros	175	187
Viagens e estadias	41	53
Outros custos e despesas	243	169
	6.863	6.536
Custo das vendas	4.164	5.218
Despesas administrativas e de vendas	2.699	1.318
	6.863	6.536

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. Receitas e despesas financeiras

	2025	2024
Rendimento de aplicações financeiras	491	517
Total	491	517
Juros de debêntures	(9.350)	(10.053)
Amortização de despesas com emissão de debêntures	(246)	(246)
Outras despesas financeiras	(454)	(29)
Total	(10.050)	(10.328)
Resultado financeiro, líquido	(9.559)	(9.811)

17. Imposto de renda e contribuição social

Conforme nota explicativa 6 (c), a Companhia foi tributada pelo lucro presumido. O imposto de renda do exercício é calculado com a presunção de lucro na alíquota de 8% e a contribuição social 12%. Para o imposto de renda a alíquota sobre o lucro tributável é de 15%, acrescida do adicional de imposto de renda de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$60 para o trimestre. Para a contribuição social a alíquota sobre o lucro tributável é de 9%.

A reconciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social pela aplicação das alíquotas fiscais é demonstrada como segue:

	2025		2024	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita de vendas	16.155	16.155	18.083	18.083
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de presunção	1.292	1.937	1.447	2.170
Receita financeira	491	491	517	517
Base total de presunção	1.783	2.428	1.964	2.687
Alíquotas	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
IRPJ e CSLL correntes	423	219	467	242
TOTAL		642		709

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Valor contábil			
		Ativos financeiros a custo	Passivos financeiros a custo	2025	2024
		amortizado	amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.159	-	4.159	4.631
Contas a receber clientes	8	1.852	-	1.852	1.846
Aplicações financeiras restritas	9	1.705	-	1.705	1.784
Fornecedores e outras contas a pagar		-	(232)	(232)	(131)
Debêntures	11	-	(76.628)	(76.628)	(78.286)
		7.716	(76.860)	(69.144)	(70.156)

b) Gerenciamento dos riscos financeiros e operacionais

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Caixa e equivalente de caixa

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de reconhecida liquidez.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros e operacionais--Continuação

Risco de crédito--Continuação

Contas a receber de clientes

Companhia possui histórico zero de inadimplência em seus recebíveis, além disso, alguns valores de contas a receber refere-se a transações com empresas ligadas. Por estas razões, a administração entende não ser necessária a constituição provisão para perda esperada de crédito para clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A previsão do cronograma de aportes e fluxo de caixa é preparada pela Companhia, onde são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

	1 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos	Valor contábil
<i>Passivos financeiros não derivativos</i>					
Fornecedores e outras contas a pagar	232	-	-	-	232
Debêntures	4.909	17.292	30.135	24.292	76.628
	5.141	17.292	30.135	24.292	76.860

Conforme divulgado na nota explicativa 12, a Companhia possui operação de debêntures que contém cláusula contratual restritiva (*covenant*). O não cumprimento futuro desta cláusula contratual restritiva pode exigir que a Companhia liquide as debêntures antes da data indicada na tabela acima. Os pagamentos de juros sobre as debêntures estão atrelados à taxa variável de IPCA mais 7,95% ao ano, e os títulos de dívida incluídos na tabela acima refletem as taxas de juros de mercado a termo na data do balanço e estes montantes podem mudar na medida em que as taxas de juros pós-fixadas mudem.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros e operacionais--Continuação

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Análise de sensibilidade

Conforme mencionado acima, as Debêntures são afetadas pela variação das taxas de IPCA. Nos quadros abaixo são considerados três cenários. O cenário provável considerou o IPCA de 4,81% projetado para o encerramento do próximo exercício. Para o cenário I consideramos um aumento de 25% e para o cenário II aumento de 50%.

Operação (em moeda nacional (R\$))	Indexador	Risco	31/12/2025			
			Valor contábil	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Debêntures	IPCA	Alta da taxa	76.628	80.314	81.233	82.161
		%	-	4,81%	6,01%	7,22%
		Impacto no resultado	-	(3.686)	(4.605)	(5.533)

Gerenciamento de risco operacionais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações nos diversos ambientes em que opera. A Companhia possui políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais locais e outras.

Seguros

A Companhia possui dois contratos de seguro, sendo eles Risco Operacional e Responsabilidade Civil.

O Seguro de Risco Operacional teve início em 03/08/2025 e seu término será em 03/08/2026. Essa apólice cobre todo estabelecimento como prédios, benfeitorias, móveis, maquinismos, materiais e utensílios, mercadorias e matérias primas do próprio segurado ou de terceiros. O valor da cobertura é de R\$59.813.658,39. Apólice fechada com a Mapfre Seguros Gerais S/A, CNPJ 61.074.175/0001-38.

Electra PCH Buriti SPE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros e operacionais--Continuação

Seguros--Continuação

Já o Seguro de Responsabilidade Civil teve seu início em 06/07/2025 e o seu término será em 06/07/2026. Essa apólice tem como objeto reembolsar o segurado das quantias que vier a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expresse pela seguradora, relativas a reparação por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência da apólice. Apólice fechada com a Chubb Seguros Brasil S.A., CNPJ 03.502.099/0001-18.